



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

3º QUADRIMESTRE 2022

1 - Apresentação

A Prefeitura Municipal de Brasil Novo está sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial e controle externo, a cargo do Poder Legislativo Municipal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal; artigos 75 a 80 da Lei 4.320/64; art. 59 da Lei Complementar 101/00 e Instrução Normativa do TCM/PA, passando a apresentar o Relatório do Controle Interno, parte integrante da prestação de Contas.

2 - Introdução

O Controle Interno, a fim de padronizar seus relatórios, passa a discorrer sobre os aspectos que condicionaram o comportamento contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional sob a visão deste órgão.

O fechamento das contas referentes ao exercício financeiro de 2022 demonstra que houve uma evolução das práticas implementadas por instrução legal, o que proporcionou um maior equilíbrio às contas públicas, evidenciando que a condução dos negócios públicos tem sido pautada em uma gestão fiscal responsável.

Na função de acompanhamento concomitante, o Controle Interno do Município, atendendo às determinações legais pertinentes, normatizou e otimizou a prestação de serviços internos e externos, adotando medidas de planejamento e programação financeira, preservando a legalidade e, desta forma, garantindo também a legitimidade dos procedimentos.

Este órgão adotou uma postura integrada, buscando auxílio nas assessorias do município quando da obtenção de informações claras, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo à legislação pertinente e estimulando a obediência e o zelo às políticas adotadas pela administração.



3 -Análise dos textos legais

Em cumprimento aos diplomas: Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 e as Instruções do TCM-PA, este Controle Interno acompanhou a legalidade dos atos que geraram receitas, bem como os que geram despesas públicas, com o nascimento ou extinção de direitos e obrigações; culminando com posteriores medidas de compatibilização necessárias ao seu regular cumprimento e verificação da implementação das metas com eficiência e eficácia, atingindo os resultados propostos.

3.1 Avaliações do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na avaliação do cumprimento das metas com eficácia, eficiência e a efetividade constataram-se que:

- Vem sendo atingidas pela administração as metas propostas para o presente exercício;
- Os gastos realizados foram compatíveis com as ações efetivamente realizadas;
- As ações alcançaram, de fato, a satisfação aos anseios da população.

Vem A arrecadação da receita corrente efetivou-se além do esperado, já a receita de capital, não correspondeu ao esperado, tendo em vista os convênios que não foram totalmente repassados, e ainda em andamento.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO.

As ações executadas neste 3º Quadrimestre de 2022, voltadas a manutenção das atividades dos serviços públicos, das políticas públicas do Estado e do Governo, o atendimento às necessidades da população e o cumprimento dos limites legais, configuraram o cumprimento das metas e prioridades estabelecidas. Portanto, o Controle Interno considera que a execução orçamentária vem atendendo as determinações legais, e atendeu as metas e diretrizes previstas na LDO.



4 Avaliação da aplicação dos gastos com Pessoal.

As despesas com pessoal e encargos sociais neste período, foram no montante de **R\$ 43.748.417,50**, se mantiveram em relação à receita corrente líquida **R\$ 84.186.198,14**, portanto dentro dos limites legais. Verificando-se um percentual de **51,97%**.

5 - Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, durante o 3º Quadrimestre de 2022.

5.1 - Aplicação no Desenvolvimento do Ensino

APLICAÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO MUNICIPAL	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)	R\$ 37.799.668,76
Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B)	R\$ 10.731.215,21
Percentual Aplicado no Ensino Fundamental (B/A*100%)	28,39 %

Como observado acima, o valor aplicado com recursos próprios na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino foram **28,39%**.

5.2 - Aplicação dos Recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação 3º QUADRIMESTRE DE 2022	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício (A)	R\$ 24.464.048,91
Pagamento dos Profissionais da Educação (B)	R\$ 19.688.836,13
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério (B-C)/A*100	80,48%



**APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL
FUNDEB
3º QUADRIMESTRE DE 2022**

TÍTULOS	VALOR (R\$)	%
Receitas Recebidas do VAAT no Exercício (A)	R\$ 2.078.483,05	100%
Aplicação VAAT 50% - Educ. Infantil	R\$1.521.715,74	73,21%
Aplicação VAAT 15% - Despesa de Capital	R\$ 339.067,91	16,31%
Aplicação VAAT - Outras Despesas	R\$ 217.699,40	10,48%
Percentual Aplicado com recursos do Fundeb – VAAT /A*100		100%

Como pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais da Educação com recursos do FUNDEB ficaram em **80,48%** acima ao limite mínimo de 70% (Setenta por cento) da receita arrecadada, portanto atendeu a legislação vigente.

E a aplicação dos recursos do Fundeb-VAAT também ficaram acima do limite mínimo, como demonstrado na tabela acima, foi aplicado **73,21%** e o limite mínimo era de 50% e foi aplicado **16,31%** nas despesas de capital, acima do limite mínimo de 15%. Portanto a **aplicação dos limites da legislação vigente foram atendidas.**

6. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverão ser equivalentes a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências.

Conforme pôde ser observado no 3º quadrimestre deste exercício o Município aplicou um percentual de **16,48%** com gastos nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios.



TÍTULOS	VALOR
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais e Legais, Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais(A)	R\$ 36.249.550,46
Total de Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde (B)	R\$ 5.972.258,34
Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde com recursos próprios (B-C) / A*100	16,48%

7. Observância ao disposto no artigo 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO 3º QUADRIMESTRE 2022		
Receita que Compõe a Base de Cálculo do Legislativo 2021	Limite Máximo de Repasses 7% das receitas arrecadadas em 2021, conforme primeira coluna.	Repasses Realizados
R\$ 30.268.353,56	R\$ 2.076.000,00	R\$ 2.016.000,00

Os repasses efetuados ao Poder Legislativo obedecem ao disposto na Emenda Constitucional 25/00. Portanto o Poder Executivo vem respeitando as datas para repasse e o limite constitucional de acordo com a proporção fixada.

8. Fundo Municipal de Assistência Social.

A prestação de contas do FMAS do exercício de 2022, foi analisada absorvendo as informações consolidada de toda movimentação orçamentária e financeira do quadrimestre, conforme disposições a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA: A Lei Orçamentária Anual nº 320/2021 de 20 de Dezembro de 2021, fixou verbas para o Fundo Municipal de Assistência Social no montante de R\$ 4.537.000,00 (Quatro Milhões, Quinhentos e Trinta e Sete mil Reais).

EXECUÇÃO FINANCEIRA: A movimentação financeira do exercício, orçamentária e extra orçamentária, foi demonstrada no balancete da seguinte forma:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00

Governo Municipal de Brasil Novo
Fundo Municipal de Assistência Social
Anexo 13, da Lei nº 4320, de 17/03/64.

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022
Em R\$ 1,00

BALANCETE FINANCEIRO

R E C E I T A		D E S P E S A	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	
		Assistência Social	2.996.865,98
subtotal orçamentária	0,00	subtotal orçamentária	2.996.865,98
CONTRAPARTIDA		EXTRA ORÇAMENTÁRIA	
RESTOS A PAGAR - FMAS	287.680,83	PAGAMENTOS ANTECIPADOS	
subtotal contrapartida	287.680,83	SALARIO FAMILIA - FMAS	6.951,08
		SALARIO MATERNIDADE - FMAS	11.944,93
EXTRA ORÇAMENTÁRIA		subtotal	18.896,01
PAGAMENTOS ANTECIPADOS		RESTOS A PAGAR - DESPESAS PROCESSADAS	
SALARIO FAMILIA - FMAS	1.179,21	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 2021 - FMAS	135.638,22
SALARIO MATERNIDADE - FMAS	10.221,20	subtotal	135.638,22
subtotal	11.400,41	CONSIGNAÇÕES	
CONSIGNAÇÕES		CONSIG. ELETROMARC - FMAS	316,50
CONSIG. ELETROMARC - FMAS	316,50	Consignacao SICREDI - FMAS	135.765,08
Consignacao SICREDI - FMAS	135.765,08	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - IN - F	118.765,32
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - IN - F	118.765,32	IRRF - FMAS	31.904,50
IRRF - FMAS	29.759,95	ISSQN - FMAS	6.314,70
ISSQN - FMAS	6.695,20	subtotal	293.066,10
subtotal	291.302,05	subtotal extra-orçamentária	447.600,33
subtotal extra orçamentária	302.702,46	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		TRANSFERÊNCIAS ENTRE UNIDADES GESTORAS INTERNAS	
TRANSFERÊNCIAS ENTRE UNIDADES GESTORAS INTERNAS		TRANSFERÊNCIAS PMBN x FMAS	115,54
TRANSFERÊNCIAS PMBN x FMAS	2.857.783,11	subtotal	115,54
subtotal	2.857.783,11	subtotal transferências concedidas	115,54
subtotal transferências recebidas	2.857.783,11	SALDOS ATUAIS	Exerc atual
SALDOS ANTERIORES	Exerc anterior	BANCOS	
BANCOS		BB 11.428-6 (FMAS ESTADO CRA)	536,32
BB 11.428-6 (FMAS ESTADO CRA)	11.779,04	BB 11.429-4 (FMAS EST. REP C)	3.190,68
BB 11.429-4 (FMAS EST. REP C)	7.337,86	BB 11.640-8 (FUNDO ASSIST. S)	332,09
BB 11.640-8 (FUNDO ASSIST. S)	34,74	BB 12.002-2 (FMDCA FMAS)	287.449,69
BB 12.002-2 (FMDCA FMAS)	261.882,92	BB 12.517-2 (FMAS BPC ESCOLA)	162,98
BB 12.517-2 (FMAS BPC ESCOLA)	148,69	BB 12.519-9 (FMAS NBL GSUAS)	7.387,72
BB 12.518-0 (BL GBF FNAS)	91.731,11	BB 12.521-0 (BL PSB FMAS)	6.240,93
BB 12.519-9 (FMAS NBL GSUAS)	3.388,99	BB 13.276-4 (FMAS P.PRIM.INF)	30.297,13
BB 12.521-0 (BL PSB FMAS)	34.763,28	BB 13.711-1 (BL MAC FNAS)	7.462,02
BB 13.276-4 (FMAS P.PRIM.INF)	25.188,75	BB 14.938-1 (FMAS COVIDAÇÃO)	16,21
BB 13.711-1 (BL MAC FNAS)	5.188,96	BB 14.939-X (FMAS COVIDEPI)	592,20
BB 14.938-1 (FMAS COVIDAÇÃO)	14,79	BB 15.011-8 (COVID-19 SEMUTS)	42.591,51
BB 14.939-X (FMAS COVIDEPI)	540,28	BB 15.943-3 (SIGTV - CUSTEIO)	54,91
BB 15.011-8 (COVID-19 SEMUTS)	38.803,28	BB 16.057-1 (SIGTV SUAS - CU)	45,06
subtotal	480.802,69	BB 16.186-1 (AUXILIO BRASIL)	97.852,85
subtotal saldos anteriores	480.802,69	BB 16.366-X (BENEFÍCIOS EVEN)	174,94
		subtotal	484.387,24
		subtotal saldos atuais	484.387,24
TOTAL RECEITAS	3.928.969,09	TOTAL DESPESAS	3.928.969,09

AV. CASTELO BRANCO, 821, CENTRO – FONE: (93) 3514-1181 - BRASIL NOVO – PARÁ – CEP: 68.148-000
E-MAIL: gab.pmbn21@gmail.com



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO
CNPJ: 34.887.950/0001-00

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Brasil Novo, realizou despesas conforme abaixo demonstrado:

Pará
Governo Municipal de Brasil Novo
Fundo Municipal de Assistência Social
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E CAT. ECONÔMICA

Janeiro a Dezembro/2022
Página: 0001

FUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO
CAT. ECONÔMICA	(ACUMULADA)	(NO PERÍODO)	(NO PERÍODO)	(NO PERÍODO)
08 - Assistência Social	4.437.605,98	2.996.865,98	2.981.876,32	2.709.185,15
3.1.90.04.00 - Contratação por tempo determinado	833.834,55	739.269,73	739.269,73	679.593,79
3.1.90.11.00 - Vencimentos e vant. fixas pessoal civil	815.821,52	682.426,75	682.426,75	630.641,50
3.1.90.13.00 - Obrigações patronais	189.692,13	102.277,83	102.277,83	76.552,05
3.1.90.92.00 - Despesas de exercícios anteriores	8.278,00	0,00	0,00	0,00
3.3.50.43.00 - Subvenções sociais	22.500,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00 - Diárias - civil	139.129,00	50.010,00	50.010,00	50.010,00
3.3.90.30.00 - Material de consumo	1.052.580,34	804.395,17	804.278,29	686.936,01
3.3.90.32.00 - Material, bem ou serv. p/ dist. gratuita	166.754,14	137.791,24	137.791,24	126.549,87
3.3.90.33.00 - Passagens e despesas com locomoção	45.541,90	12.336,94	12.336,94	12.336,94
3.3.90.35.00 - Serviços de consultoria	162.812,42	146.320,00	133.710,00	128.710,00
3.3.90.36.00 - Outros serv. de terceiros pessoa física	415.251,65	203.517,50	203.517,50	203.517,50
3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa jurídica	376.777,44	99.440,82	97.178,04	95.257,49
3.3.90.48.00 - Outros aux. finan. a pessoas físicas	37.311,93	1.800,00	1.800,00	1.800,00
3.3.90.92.00 - Despesas de exercícios anteriores	8.278,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00 - Obras e instalações	14.481,06	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente	148.561,90	17.280,00	17.280,00	17.280,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	4.437.605,98	2.996.865,98	2.981.876,32	2.709.185,15

9. Fundo Municipal de Desenvolvimento, Proteção e Defesa do Meio Ambiente.

A prestação de contas do FMDPDMA do 3 Quadrimestre de 2022, foi analisada absorvendo as informações consolidada de toda movimentação orçamentária e financeira do quadrimestre, conforme disposições a seguir:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA: A Lei Orçamentária Anual nº 320/2021 de 20 de Dezembro de 2021, fixou verbas para o Fundo Municipal de Desenvolvimento, Proteção e Defesa do Meio Ambiente no montante de R\$ 5.240.000,00 (Cinco Milhões, Duzentos e Quarenta Mil Reais).

EXECUÇÃO FINANCEIRA: A movimentação financeira do exercício, orçamentária e extra orçamentária, foi demonstrada no balancete da seguinte forma:

Governo Municipal de Brasil Novo
Fundo Mun de Desenv Prot e Defesa do Meio Ambiente
Anexo 13, da Lei nº 4320, de 17/03/64.

EXERCICIO FINANCEIRO DE 2022
Em R\$ 1,00

BALANCETE FINANCEIRO

R E C E I T A		D E S P E S A	
ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTÁRIA	
		Urbanismo	703.309,86
		Gestão Ambiental	2.261.752,23
	subtotal orçamentária		2.965.062,09
CONTRAPARTIDA		EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	
RESTOS A PAGAR - FMMA	849.784,72	PAGAMENTOS ANTECIPADOS	
	subtotal contrapartida	SALARIO FAMILIA - FMMA	9.029,27
		SALARIO MATERNIDADE - FMMA	4.064,24
EXTRA ORÇAMENTÁRIA			subtotal
PAGAMENTOS ANTECIPADOS		RESTOS A PAGAR - DESPESAS PROCESSADAS	13.093,51
SALARIO FAMILIA - FMMA	1.581,16	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - 2021 - FMMA	128.290,57
SALARIO MATERNIDADE - FMMA	4.363,20		subtotal
	subtotal		128.290,57
CONSIGNAÇÕES		CONSIGNAÇÕES	
CONSIG. ELETROMARC - FMMA	5.031,00	CONSIG. ELETROMARC - FMMA	5.031,00
CONSIGNAÇÃO BANPARÁ - FMMA	17.816,64	CONSIGNAÇÃO BANPARÁ - FMMA	17.816,64
CONSIGNAÇÃO BB - FMMA	1.799,30	CONSIGNAÇÃO BB - FMMA	1.586,24
Consignacao SICREDI - FMMA	153.876,16	Consignacao SICREDI - FMMA	153.876,16
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - IN - F	115.722,69	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - IN - F	115.722,69
IRRF - FMMA	12.128,08	IRRF - FMMA	12.198,03
	subtotal		subtotal
			306.230,76
	subtotal extra orçamentária		subtotal extra orçamentária
	312.318,23		447.614,84
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	
TRANSFERÊNCIAS ENTRE UNIDADES GESTORAS INTERNAS			
TRANSFERÊNCIAS PMBN x FMMA	2.152.813,19		subtotal transferências concedidas
	subtotal		0,00
		SALDOS ATUAIS	Exerc atual
	subtotal transferências recebidas	BANCOS	
	2.152.813,19	BANPARA	832.284-8 (FMMA - ARRECADADA
SALDOS ANTERIORES			5.724,95
BB	10.924-X (FUNDO MEIO AMBI	BB	10.924-X (FUNDO MEIO AMBI
	25.136,45		3.878,29
SICREDI	67.141-1 (FMMA ARRECADADA		subtotal
	82.227,58		9.603,24
	subtotal		subtotal saldos atuais
	107.364,03		9.603,24
	subtotal saldos anteriores		
	107.364,03		
TOTAL RECEITAS	3.422.280,17	TOTAL DESPESAS	3.422.280,17



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO

CNPJ: 34.887.950/0001-00

O Fundo Municipal de Desenvolvimento, Proteção e Defesa do Meio Ambiente do Município de Brasil Novo, realizou despesas conforme abaixo demonstrado:

Governo Municipal de Brasil Novo
Fundo Mun de Desenv Prot e Defesa do Meio Ambiente
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E CAT. ECONÔMICA

Janeiro a Dezembro/2022
Página: 0001

FUNÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR PAGO
CAT. ECONÔMICA	(ACUMULADA)	(NO PERÍODO)	(NO PERÍODO)	(NO PERÍODO)
15 - Urbanismo				
	912.454,40	703.309,86	89.309,86	49.968,10
3.3.90.30.00 - Material de consumo				
	228.454,40	89.309,86	89.309,86	49.968,10
3.3.90.35.00 - Serviços de consultoria				
	70.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente				
	614.000,00	614.000,00	0,00	0,00
18 - Gestão Ambiental				
	4.398.108,65	2.261.752,23	2.256.752,23	2.065.309,27
3.1.90.04.00 - Contratação por tempo determinado				
	932.668,71	932.668,71	932.668,71	852.584,43
3.1.90.11.00 - Vencimentos e vant. fixas pessoal civil				
	511.546,02	511.546,02	511.546,02	472.519,95
3.1.90.13.00 - Obrigações patronais				
	114.052,00	98.974,20	98.974,20	73.961,07
3.1.90.92.00 - Despesas de exercicios anteriores				
	40.733,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.14.00 - Diárias - civil				
	131.466,00	17.470,00	17.470,00	17.470,00
3.3.90.30.00 - Material de consumo				
	742.239,19	278.008,04	278.008,04	235.688,56
3.3.90.33.00 - Passagens e despesas com locomoção				
	238.033,00	3.328,18	3.328,18	3.328,18
3.3.90.35.00 - Serviços de consultoria				
	413.337,65	55.000,00	50.000,00	45.000,00
3.3.90.36.00 - Outros serv. de terceiros pessoa fisica				
	329.887,00	34.186,00	34.186,00	34.186,00
3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pessoa juridica				
	430.081,08	33.997,08	33.997,08	33.997,08
3.3.90.92.00 - Despesas de exercicios anteriores				
	8.146,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00 - Obras e instalações				
	174.145,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00 - Equipamentos e material permanente				
	331.774,00	296.574,00	296.574,00	296.574,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	5.310.563,05	2.965.062,09	2.346.062,09	2.115.277,37

PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Durante o período, foram licitadas despesas e distribuídas entre Modalidades Pregão Presencial, pregão eletrônico, Inexigibilidades e etc. A investidura dos membros da comissão de licitação de acordo com o art. 51, § 4º, LEI Nº 8.666/93, foi realizada através da Portaria 058/2022 que nomeou a Comissão de Licitação em 2021, de igual maneira, o Pregoeiro da Prefeitura Municipal foi nomeado pela Portaria nº 002/2022.

AV. CASTELO BRANCO, 821, CENTRO – FONE: (93) 3514-1181 - BRASIL NOVO – PARÁ – CEP: 68.148-000
E-MAIL: gab.pmbn21@gmail.com



10. Conclusão

O Controle Interno avaliando o processo de prestação de contas quanto aos diversos aspectos que envolvem a Administração do Município no que se refere à eficiência, eficácia e efetividade. Conclui pela evolução da gestão administrativa do presente período. O tripé eficiência, eficácia e efetividade, tem sido perseguido com a busca de resultados, atingimento de objetivos e metas, tornando dinâmica as políticas públicas. A efetividade pela preocupação com implementação de um relacionamento externo de resultados, atuante, ágil, tanto no que concerne ao administrado quanto na interação com as ordens superiores de governo, visando o atendimento das necessidades sociais.

A implementação de procedimentos de controles, fruto do desejo de aprimoramento, vem favorecer a aplicação de recursos públicos de forma mais eficaz, propiciando a efetividade das ações públicas em benefício da sociedade. Possibilitando ainda, que ao constatar quaisquer fragilidades, sejam adotadas medidas corretivas de imediato e caso necessário medidas austeras.

O órgão de Controle Interno municipal, tem a preocupação de atuar de forma responsável e comprometida no acompanhamento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional.

O atendimento as recomendações do Controle Interno neste período, geraram resultados positivos e com base nestes procedimentos novas técnicas vão sendo implantadas para auxiliar o Gestor Municipal e seus Chefes de Departamentos, quanto aos aspectos técnicos de uma metodologia em construção permanente em busca de novos e melhores tempos para a cidadania e administração municipal.

Este Relatório, bem como a Prestação de Contas buscou atender além das exigências da Instrução Normativa do TCM/PA, a todos os mandamentos legais.

É o que coube ao órgão de Controle Interno relatar e levar a apreciação deste Tribunal de Contas.

Brasil Novo, 30 de Janeiro de 2023.

Tiago Oliveira da Silva
Controlador Interno